

INQUÉRITO



NACIONAL

AOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE
ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS
COM O OBJETIVO DE:

- APURAR O NÚMERO DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM EXERCÍCIO;
- IDENTIFICAR ÁREAS DISCIPLINARES E FORMATIVAS;
- VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE HORÁRIOS COMPLETOS E ANUAIS;
- IDENTIFICAR SITUAÇÕES DE EXERCÍCIO CONTINUADO DE FUNÇÕES DURANTE VÁRIOS ANOS CONSECUTIVOS;
- RECOLHER ELEMENTOS DEMONSTRATIVOS DA NATUREZA PERMANENTE DAS NECESSIDADES DAS ESCOLAS.

RELATÓRIO-SÍNTESE

Questionário sobre Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas

ÍNDICE

1. Caracterização da participação	03
2. Presença de técnicos especializados nas escolas	03
3. Áreas de formação	04
4. Funções desempenhadas	04
5. Continuidade do exercício de funções	05
6. Natureza dos horários	05
7. Necessidades que se repetem anualmente	06
8. Os técnicos especializados asseguram necessidades permanentes?	06
9. Necessidade de mecanismos de estabilidade e vinculação	07
10. Formação pedagógica específica	07
11. Principais conclusões	08
Síntese final	09



RELATÓRIO-SÍNTESE

Questionário sobre Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas

O presente relatório apresenta uma síntese dos resultados do **Questionário sobre Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas**, procurando caracterizar a presença destes profissionais nas escolas, as funções que desempenham, a natureza das necessidades que asseguram e a perceção das direções escolares relativamente à necessidade de criação de mecanismos de estabilidade e vinculação.

O questionário recolheu **119 respostas**, provenientes de Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas de **17 distritos**, permitindo obter uma visão diversificada da realidade destes profissionais no sistema público de educação.

1. Caracterização da participação

Foram obtidas **119 respostas**, com maior representação dos seguintes distritos:

- **Faro** – 26 respostas;
- **Lisboa** – 22 respostas;
- **Porto** – 13 respostas;
- **Braga** – 12 respostas;
- **Setúbal** – 7 respostas;
- **Aveiro** – 6 respostas;
- **Santarém** – 6 respostas;
- **Bragança** – 6 respostas.

Registaram-se ainda respostas provenientes dos distritos de Portalegre, Vila Real, Viana do Castelo, Beja, Évora, Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu.

A abrangência territorial das respostas confirma que a realidade dos técnicos especializados para formação não se encontra circunscrita a uma região específica, constituindo uma questão com expressão em diferentes territórios do país.

2. Presença de técnicos especializados nas escolas

Das **119 escolas e agrupamentos respondentes**:

- **66 (55,5%)** afirmam possuir técnicos especializados para formação em exercício de funções no presente ano letivo;
- **53 (44,5%)** indicam não dispor destes profissionais.

Nas 66 escolas que identificaram a presença de técnicos especializados foram contabilizados **283 profissionais**.

Este resultado evidencia a relevância quantitativa destes profissionais para o funcionamento da oferta educativa e formativa das escolas públicas abrangidas pelo questionário.



3. Áreas de formação

Os técnicos especializados exercem funções numa grande diversidade de áreas profissionais e tecnológicas.

Entre as áreas mais frequentemente referidas destacam-se:

- **Restauração;**
- **Saúde;**
- **Turismo;**
- **Ação Social;**
- **Multimédia;**
- **Teatro.**

São ainda identificadas áreas como Audiovisuais, Dança, Eletrónica, Artes Visuais, Logística, Psicologia, Mecânica, Estética, Design de Moda, Produção Agrícola e Animal, Informática e outras áreas de especialização.

A diversidade das respostas demonstra que estes profissionais desempenham um papel particularmente relevante na concretização de ofertas educativas que exigem **conhecimentos técnicos e profissionais específicos**, dificilmente substituíveis por outros recursos humanos sem a correspondente especialização.

4. Funções desempenhadas

Os dados demonstram que a intervenção dos técnicos especializados ultrapassa largamente a mera transmissão de conhecimentos técnicos ou a lecionação de componentes práticas.

Entre as funções mais frequentemente identificadas encontram-se:

- **Componentes práticas** – 55 referências;
- **Participação em reuniões pedagógicas** – 51 referências;
- **Avaliação de alunos** – 49 referências;
- **Provas de Aptidão Profissional** – 48 referências;
- **Componentes teóricas** – 46 referências;
- **Formação em Contexto de Trabalho** – 43 referências;
- **Outras funções pedagógicas** – 26 referências;
- **Direção de turma** – 16 referências.

São ainda referidas responsabilidades de direção de curso, coordenação, direção de instalações, orientação vocacional, apoio especializado e outras funções integradas na organização pedagógica das escolas.

Estes resultados permitem concluir que os técnicos especializados estão, em muitos casos, **plenamente integrados na atividade pedagógica das escolas**, participando no ensino, na avaliação, no acompanhamento dos alunos, na organização da formação e no funcionamento das estruturas pedagógicas.



5. Continuidade do exercício de funções

Um dos dados mais relevantes do questionário prende-se com o tempo de exercício contínuo destes profissionais nas mesmas escolas.

Entre as 66 escolas com técnicos especializados:

- **21** indicam a existência de técnicos com **mais de 10 anos** de exercício contínuo;
- **23** referem técnicos com **mais de 5 anos**;
- **13** indicam **mais de 3 anos**;
- **7** referem períodos entre **1 e 2 anos**;
- apenas **2** assinalam a opção “nenhum”.

Assim, **44 das 66 escolas (66,7%)** com técnicos especializados indicam a existência de profissionais cujo maior período de exercício contínuo ultrapassa os cinco anos.

Se considerarmos os profissionais com mais de três anos de continuidade, o número sobe para **57 escolas, correspondendo a 86,4%** das escolas com técnicos especializados.

A permanência destes profissionais durante períodos prolongados constitui um forte indicador de que, em muitos casos, não estamos perante necessidades meramente ocasionais ou transitórias.

6. Natureza dos horários

Os dados recolhidos identificam a existência de:

- **horários completos anuais;**
- **horários incompletos anuais;**
- **horários temporários.**

A informação agregada aponta para uma clara predominância dos horários de natureza anual.

Contudo, foi identificada **uma aparente anomalia de preenchimento** numa resposta relativa ao número de horários completos anuais, na qual foi registado o valor “3080” para uma escola que indica possuir apenas dois técnicos especializados. Este valor deverá ser validado ou corrigido antes da apresentação estatística definitiva deste indicador.

Excluindo provisoriamente esse registo anómalo, as respostas contabilizam:

- **245 horários completos anuais;**
- **115 horários incompletos anuais;**
- **41 horários temporários.**

Importa assinalar que estes valores devem ser interpretados com prudência, uma vez que o número total de horários indicado não coincide necessariamente com o número de profissionais identificados, podendo existir diferenças de interpretação no preenchimento desta questão.



7. Necessidades que se repetem anualmente

A resposta das escolas é particularmente expressiva quanto à continuidade das necessidades asseguradas por estes profissionais.

Das 66 escolas com técnicos especializados:

- **36 (54,5%)** afirmam que as necessidades se repetem **de forma permanente**;
- **27 (40,9%)** afirmam que se repetem **na maioria das áreas**;
- apenas **2 (3,0%)** respondem negativamente;
- **1 (1,5%)** indica não saber.

Assim, **63 das 66 escolas, correspondendo a 95,5%**, reconhecem que as necessidades asseguradas pelos técnicos especializados **se repetem anualmente, de forma permanente ou na maioria das áreas**.

Este é um dos resultados mais significativos do questionário.

A repetição sistemática das mesmas necessidades ao longo dos anos coloca em causa a adequação de soluções assentes predominantemente na contratação sucessiva e na precariedade laboral.

8. Os técnicos especializados asseguram necessidades permanentes?

Quando questionadas diretamente sobre a natureza das necessidades asseguradas pelos técnicos especializados:

- **45 escolas (68,2%)** respondem “**Sim**”;
- **17 (25,8%)** respondem “**Parcialmente**”;
- apenas **4 (6,1%)** respondem “**Não**”.

Deste modo, **62 das 66 escolas, ou seja, 93,9%**, reconhecem total ou parcialmente que estes profissionais asseguram necessidades permanentes das escolas.

A conjugação deste resultado com a repetição anual das necessidades e com os elevados períodos de exercício contínuo reforça a conclusão de que existe uma realidade de **necessidades estruturais asseguradas, em muitos casos, por profissionais sujeitos a mecanismos de contratação que não garantem a correspondente estabilidade profissional**.



9. Necessidade de mecanismos de estabilidade e vinculação

A posição das escolas relativamente à criação de mecanismos de estabilidade ou vinculação é igualmente clara:

- **56 escolas (84,8%)** consideram necessária a criação de mecanismos de estabilidade/vinculação;
- **7 (10,6%)** não manifestam opinião;
- apenas **3 (4,5%)** consideram que esses mecanismos não são necessários.

Ou seja, mais de oito em cada dez escolas com técnicos especializados defendem diretamente a criação de mecanismos de estabilidade ou vinculação para estes profissionais.

Se forem consideradas apenas as escolas que expressaram uma posição favorável ou desfavorável, excluindo as respostas “sem opinião”, a percentagem de respostas favoráveis ultrapassa os **94%**.

Este resultado traduz um reconhecimento muito significativo, por parte das próprias escolas, da necessidade de encontrar soluções que permitam ultrapassar a instabilidade profissional associada à contratação sucessiva.

10. Formação pedagógica específica

O questionário procurou igualmente avaliar a importância atribuída à formação pedagógica específica destes profissionais.

Das 66 escolas com técnicos especializados:

- **58 (87,9%)** consideram importante assegurar formação pedagógica específica;
- **6 (9,1%)** respondem “Parcialmente”;
- apenas **2 (3,0%)** consideram que essa formação não é importante.

Assim, **64 das 66 escolas, correspondendo a 97%**, reconhecem total ou parcialmente a importância de assegurar formação pedagógica específica a estes profissionais.

Este resultado demonstra que uma eventual solução de estabilidade e valorização profissional deverá ser acompanhada por uma reflexão sobre o **desenvolvimento profissional e a formação pedagógica adequada às funções efetivamente desempenhadas.**



11. Principais conclusões

Os resultados do questionário permitem retirar um conjunto de conclusões particularmente relevantes.

1. Os técnicos especializados têm uma presença significativa nas escolas

Mais de metade das escolas respondentes possuem técnicos especializados, tendo sido identificados **283 profissionais** apenas no universo abrangido pelo questionário.

2. Desempenham funções de natureza claramente pedagógica

Estes profissionais não asseguram apenas componentes técnicas ou práticas. Participam na avaliação dos alunos, nas reuniões pedagógicas, nas Provas de Aptidão Profissional, na Formação em Contexto de Trabalho e, em vários casos, assumem funções de direção de turma, direção de curso e coordenação.

3. As necessidades repetem-se ao longo dos anos

95,5% das escolas com técnicos especializados afirmam que as necessidades por eles asseguradas se repetem anualmente, de forma permanente ou na maioria das áreas.

4. As escolas reconhecem a natureza permanente dessas necessidades

93,9% das escolas consideram que os técnicos especializados asseguram, total ou parcialmente, necessidades permanentes.

5. Existem profissionais que permanecem durante muitos anos nas mesmas funções

Em **66,7% das escolas** existem técnicos cujo maior período de exercício contínuo ultrapassa os cinco anos e, em quase um terço das escolas com estes profissionais, existem situações superiores a dez anos.

6. Existe uma posição muito expressiva a favor da estabilidade

84,8% das escolas defendem diretamente a criação de mecanismos de estabilidade ou vinculação.

7. A formação pedagógica é considerada essencial

97% das escolas consideram importante ou parcialmente importante assegurar formação pedagógica específica a estes profissionais.



Síntese final

Os resultados deste questionário evidenciam uma contradição que importa enfrentar.

Por um lado, os técnicos especializados para formação asseguram funções essenciais à concretização das ofertas educativas e formativas das escolas públicas. Integram equipas pedagógicas, lecionam, avaliam, acompanham alunos, participam nas estruturas pedagógicas e assumem responsabilidades fundamentais para o funcionamento dos cursos.

Por outro lado, muitos destes profissionais continuam sujeitos a uma situação de instabilidade que não corresponde à natureza das funções que desempenham nem à continuidade das necessidades que asseguram.

Os dados são particularmente claros: **95,5% das escolas reconhecem a repetição anual das necessidades, 93,9% consideram que estas são total ou parcialmente permanentes e 84,8% defendem a criação de mecanismos de estabilidade ou vinculação.**

A permanência de profissionais durante cinco, dez ou mais anos nas mesmas escolas e no desempenho de funções indispensáveis demonstra que, em muitos casos, a precariedade deixou há muito de corresponder a uma necessidade temporária.

Os resultados apontam, por isso, para a necessidade de uma resposta integrada que articule:

- **estabilidade profissional;**
- **mecanismos adequados de vinculação;**
- **reconhecimento da experiência profissional acumulada;**
- **valorização das funções pedagógicas efetivamente desempenhadas;**
- **formação pedagógica específica;**
- **modelo de recrutamento que responda às necessidades permanentes das escolas.**

Mais do que uma questão laboral, está em causa a capacidade das escolas públicas para garantir a continuidade, a qualidade e a estabilidade das suas ofertas educativas e formativas.

Quando as necessidades são permanentes, quando as funções se repetem ano após ano e quando os mesmos profissionais permanecem durante longos períodos ao serviço das escolas, a resposta não pode continuar a ser permanentemente provisória.

FNE, 14 de julho de 2026





“ Quando as necessidades são permanentes, quando as funções se repetem ano após ano e quando os mesmos profissionais permanecem durante longos períodos ao serviço das escolas, a resposta não pode continuar a ser permanentemente provisória.

FEDERAÇÃO NACIONAL
D ► **EDUCAÇÃO**